

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	4
Demonstração do Resultado Abrangente	5
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2024 à 31/12/2024	7
DMPL - 01/01/2023 à 31/12/2023	8
DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022	9
Demonstração de Valor Adicionado	10

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	11
---	----

Notas Explicativas	15
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	25
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	27
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	28

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2024
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	500
Preferenciais	0
Total	500
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0
#Error	
#Error	

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2024	Penúltimo Exercício 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 31/12/2022
1	Ativo Total	759	140	89
1.01	Ativo Circulante	747	128	82
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	399	64	39
1.01.03	Contas a Receber	81	1	0
1.01.03.01	Clientes	80	0	0
1.01.03.01.01	Clientes	79	0	0
1.01.03.01.02	Adiantamento a fornecedores	1	0	0
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	1	1	0
1.01.03.02.01	Créditos com Controladas	1	1	0
1.01.06	Tributos a Recuperar	267	63	43
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	267	63	43
1.02	Ativo Não Circulante	12	12	7
1.02.02	Investimentos	12	12	7
1.02.02.01	Participações Societárias	12	12	7
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	12	12	7

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2024	Penúltimo Exercício 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 31/12/2022
2	Passivo Total	759	140	89
2.01	Passivo Circulante	61	17	16
2.01.02	Fornecedores	0	0	7
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	0	0	7
2.01.03	Obrigações Fiscais	58	17	9
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	44	13	5
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	38	12	3
2.01.03.01.02	Outras Obrigações Tributárias	6	1	2
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	14	4	4
2.01.05	Outras Obrigações	3	0	0
2.03	Patrimônio Líquido	698	123	73
2.03.01	Capital Social Realizado	1	1	1
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	697	122	72

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Penúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	612	173	77
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-37	-32	0
3.03	Resultado Bruto	575	141	77
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-154	-99	-36
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-154	-99	-36
3.04.02.01	Despesas gerais e administrativas	-108	-56	-35
3.04.02.02	Despesas Tributárias	-46	-43	-1
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	421	42	41
3.06	Resultado Financeiro	434	35	0
3.06.01	Receitas Financeiras	1.939	159	0
3.06.02	Despesas Financeiras	-1.505	-124	0
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	855	77	41
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-280	-27	-9
3.08.01	Corrente	-280	-27	-9
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	575	50	32
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	575	50	32
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	1,15	0,1	0,064

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Penúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022
4.01	Lucro Líquido do Período	575	50	32
4.03	Resultado Abrangente do Período	575	50	32

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Penúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	335	30	-312
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	575	50	32
6.01.01.01	Lucro/Prejuízo do Período	575	50	32
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-240	-20	-344
6.01.02.01	Impostos a recuperar	-204	-20	3
6.01.02.02	Contas a Pagar	0	-7	7
6.01.02.03	Obrigações tributárias	41	8	3
6.01.02.04	Partes relacionadas	0	-1	0
6.01.02.05	Outras obrigações	3	0	-357
6.01.02.06	Clientes	-79	0	0
6.01.02.07	Adiantamento a fornecedores	-1	0	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	0	-5	-7
6.02.01	Aquisição de participação em controladas	0	-5	-7
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	335	25	-319
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	64	39	358
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	399	64	39

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2024 à 31/12/2024

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1	0	122	0	0	123
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1	0	122	0	0	123
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	-575	575	0	0
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	-575	575	0	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	575	0	0	575
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	575	0	0	575
5.07	Saldos Finais	1	0	122	575	0	698

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2023 à 31/12/2023

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1	0	72	0	0	73
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1	0	72	0	0	73
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	50	0	50
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	50	0	50
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	50	-50	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	50	-50	0	0
5.07	Saldos Finais	1	0	122	0	0	123

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1	0	40	0	0	41
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1	0	40	0	0	41
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	32	0	32
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	32	0	32
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	32	-32	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	32	-32	0	0
5.07	Saldos Finais	1	0	72	0	0	73

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Penúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022
7.01	Receitas	677	192	77
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-145	-88	-35
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-37	-32	0
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-108	-56	-35
7.03	Valor Adicionado Bruto	532	104	42
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	532	104	42
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	1.939	159	0
7.06.02	Receitas Financeiras	1.939	159	0
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	2.471	263	42
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	2.471	263	42
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	391	89	10
7.08.02.01	Federais	357	76	6
7.08.02.03	Municipais	34	13	4
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	1.505	124	0
7.08.03.03	Outras	1.505	124	0
7.08.03.03.01	Despesas financeiras	1.505	124	0
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	575	50	32
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	575	50	32

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**Relatório da Administração**

Aos Senhores Acionistas,

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da **TRAVESSIA SECURITIZADORA DE CREDITOS FINANCEIROS S.A.**, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob nº 38.042.694/0001-00, com sede na Rua Tabapuã, nº 41, 13º andar, sala 02, Itaim Bibi, CEP 04533-010 ("Companhia" ou "Travessia"), apresenta-lhes o presente Relatório da Administração em conjunto com as anexas Demonstrações Financeiras Anuais e parecer dos auditores independentes da Companhia, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaborado pela Baker Tilly 4Partners Auditores Independentes S.S. Esclarecemos que as Demonstrações Financeiras Anuais foram preparadas de acordo com as melhores práticas contábeis adotadas no Brasil, que incluem as normas introduzidas pelos pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"), observando as normas da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e as diretrizes contábeis emanadas da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei nº 6.404/76").

1. Contexto Operacional

A Companhia tem por objeto social: (i) a aquisição e securitização de créditos, desde que enquadrados no artigo 1º da Resolução 2.686 ("Créditos Financeiros*"); (ii) a emissão e colocação privada ou junto ao mercado financeiro e de capitais, de qualquer título de crédito ou valor mobiliário compatível com suas atividades, respeitados os trâmites da legislação aplicável; e (iii) a realização de negócios e a prestação de serviços relacionados às operações de securitização de créditos supracitadas.

No âmbito das securitizações e emissões de valores mobiliários realizadas pela Companhia, será permitida a recompra dos Créditos Financeiros por seus cedentes originais, se feita à vista. No mesmo sentido, será permitida a substituição de Créditos Financeiros.

Estão incluídas no objeto social da Companhia, as seguintes atividades: (i) a gestão e administração dos Créditos Financeiros supracitados, sendo permitida a contratação de terceiros para a prestação dos serviços de gestão, administração e cobrança dos Créditos Financeiros, incluindo poderes para conceder descontos, prorrogar vencimentos ou mudar suas características dos Créditos Financeiros; (ii) a aquisição e a alienação de títulos representativos de Créditos Financeiros; (iii) a emissão, distribuição, recompra, revenda ou resgate de valores mobiliários de sua própria emissão nos mercados financeiro e de capitais, com lastro nos Créditos Financeiros; (iv) a prestação de serviços envolvendo a estruturação de operações de securitização dos Créditos Financeiros; (v) a realização de operações nos mercados de

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

derivativos visando cobertura de riscos; e (vi) a prestação de garantias para os títulos e valores mobiliários por ela emitidos.

A Companhia se reuniu nas seguintes datas para:

- a) 200.402/24-9 – Arquivamento de A.G.O., datada de 30/04/2024. 5.1. Deliberar acerca das seguintes matérias: (i) Do relatório da administração, do balanço patrimonial e das demais demonstrações financeiras da companhia, acompanhadas do parecer dos auditores independentes, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; e (ii) Da destinação do lucro líquido do exercício e a forma de distribuição de dividendos.
- b) 203.804/24-7 - Arquivamento da A.G.E., datada de 30/04/2024. Ordem do dia: reeleição dos membros do Conselho de Administração da companhia e alteração de sócios/titular/diretoria, conforme segue: Eleição/Reeleição/Alteração de dados cadastrais: Vinicius Bernardes Basile Silveira Stopa, nacionalidade brasileira, raça/cor não declarada, CPF: 218.718.568-09, RG/RNE: 30393860-2 - SP, residente à Rua Tabapuã, 41, Andar 13, Sala 2, Itaim Bibi, São Paulo - SP, CEP 04533-010, eleito como presidente do Conselho de Administração. Maria Regina Basile Stopa, nacionalidade brasileira, raça/cor não declarada, CPF: 689.156.168-04, RG/RNE: 3782361-9 - SP, residente à Rua Tabapuã, 41, Andar 13, Sala 2, Itaim Bibi, São Paulo - SP, CEP 04533-010, eleita como conselheira administrativa. Mariana Bernardes Basile Silveira Stopa Bernardi, nacionalidade brasileira, raça/cor branca, CPF: 286.839.768-90, RG/RNE: 29737433-3 - SP, residente à Rua Tabapuã, 41, Andar 13, Sala 2, Itaim Bibi, São Paulo - SP, CEP 04533-010, eleita como conselheira administrativa. Remanescente: Vinicius Bernardes Basile Silveira Stopa, nacionalidade brasileira, raça/cor não declarada, CPF: 218.718.568-09, RG/RNE: 30393860-2 - SP, residente à Rua Bandeira Paulista, 600, Conj. 44, Itaim Bibi, São Paulo - SP, CEP 04532-001, permanece como diretor-presidente e diretor de relações com investidores, com poderes para assinar pela empresa. Thais de Castro Monteiro, nacionalidade brasileira, raça/cor não declarada, CPF: 421.565.628-14, RG/RNE: 49116133-5 - SP, residente à Rua Bandeira Paulista, 600, Conj. 44, Itaim Bibi, São Paulo - SP, CEP 04532-001, permanece como diretora. Camila Maria Oliveira, nacionalidade brasileira, raça/cor não declarada, CPF: 349.935.818-23, RG/RNE: 36825036-2 - SP, residente à Rua Bandeira Paulista, 600, Conj. 44, Itaim Bibi, São Paulo - SP, CEP 04532-001, permanece como diretora.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**2. Condições econômicas da Companhia em 2024**

A Companhia registrou um lucro líquido de R\$ 575 (quinhentos e setenta e cinco mil reais) no período de 01 de janeiro de 2024 a 31 de dezembro de 2024. Esse resultado foi impulsionado pela redução dos custos dos serviços prestados, resultado da liquidação e novas operações.

Atualmente, a Companhia tem apenas compromissos financeiros relacionados à sua própria manutenção, os quais estão sendo integralmente cumpridos com recursos próprios. Além disso, possui caixa suficiente para honrar seus compromissos com fornecedores. Caso necessário, os acionistas estão prontos para disponibilizar novos recursos.

2.1 Política de reinvestimentos de lucros e distribuição de dividendos

O lucro líquido apurado em 31 de dezembro de 2024, conforme mencionado no parágrafo anterior, será destinado à composição da reserva de lucros, a qual será distribuída oportunamente.

2.2 Emissão de Dívidas

A Companhia não emitiu ou adquiriu quaisquer outros títulos de dívida e não possui contratos de empréstimos e financiamentos com outras instituições financeiras.

3. Investimentos em sociedades coligadas e/ou controladas

Atualmente a companhia possui investimentos no valor de R\$ 11.500,00 (onze mil e quinhentos reais) vendidos pela controladora Travessia Assessoria Financeira LTDA., conforme comentado na Nota Explicativa nº 6.

4. Projetos desenvolvidos

Durante o período encerrado em 31 de dezembro de 2024, foram integralizados 8 (oito) patrimônios separados compostos por Debêntures Financeiras. Atualmente, a Companhia conta com 10 (dez) patrimônios separados.

5. Informações sobre a prestação, pelo auditor independente ou por partes a ele relacionadas, de qualquer serviço que não seja de auditoria externa

A Companhia contratou o auditor independente apenas para a prestação do serviço de auditoria externa, evitando assim, qualquer tipo de conflito de interesse.

6. Perspectivas

Para o ano de 2025, a Companhia continuará focada no desenvolvimento de novos negócios no setor de securitização financeira de qualquer título de créditos ou valor mobiliário compatível com suas atividades, além de investir na automação de processos operacionais, incluindo a gestão de carteiras.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Esclarecemos, por fim, que as Demonstrações Financeiras Anuais apresentadas abaixo têm a finalidade de atender ao disposto nos artigos 22 e 27 da Resolução CVM nº 80/22, de 29 de março de 2022, conforme alterada ("Res CVM 80") e que este Relatório da Administração é parte integrante das Informações Financeiras Intermediárias e deve ser lido em conjunto com as respectivas Notas Explicativas.

Vinicius Stopa

Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.

Vinicius Stopa

Diretor Presidente, Diretor de Relações com Investidores e Diretor do Conselho da
Administração

Notas Explicativas

1. Contexto operacional

A **Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A. (“Companhia”)**, foi constituída por meio da Assembleia Geral de Constituição, realizada no dia 03 de julho de 2020.

A Companhia tem por objeto social: **(i)** A aquisição e securitização de créditos, desde que enquadrados no artigo 1º da Resolução CMN nº 2.686/2000 (“Créditos Financeiros”); **(ii)** A emissão e colocação privada ou junto ao mercado financeiro e de capitais, de qualquer título de crédito ou valor mobiliário compatível com suas atividades, respeitados os trâmites a legislação aplicável; **(iii)** A realização de negócios e a prestação de serviços relacionados às operações de securitização de créditos supracitadas; **(iv)** A realização de operações de hedge em mercados de derivativos visando à cobertura de riscos na sua carteira de créditos.

Em 26 de outubro de 2022 foi deliberado a alteração da razão social da Companhia para Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foram integralizadas 24 séries de debêntures, que totalizam 8 patrimônios separados, conforme abaixo:

Tipo	Emissão	Série	Data integralização	Valor emissão
DEB	08 ^a	1	02/02/2024	1.000.000
DEB	09 ^a	1	24/06/2024	3.460.000
DEB	10 ^a	1	17/07/2024	500.000
DEB	10 ^a	2	17/07/2024	500.000
DEB	10 ^a	3	17/07/2024	500.000
DEB	10 ^a	4	17/07/2024	250.000
DEB	10 ^a	5	17/07/2024	750.000
DEB	11 ^a	1	17/09/2024	1.000.000
DEB	11 ^a	2	17/09/2024	1.000.000
DEB	11 ^a	3	16/09/2024	600.000
DEB	11 ^a	4	16/09/2024	900.000
DEB	11 ^a	5	16/09/2024	1.500.000
DEB	12 ^a	1	11/12/2024	2.475.000
DEB	12 ^a	2	11/12/2024	429.000
DEB	12 ^a	3	11/12/2024	396.000
DEB	13 ^a	1	10/12/2024	800.000
DEB	13 ^a	2	10/12/2024	1.400.000
DEB	13 ^a	3	10/12/2024	800.000
DEB	13 ^a	4	10/12/2024	500.000
DEB	13 ^a	5	10/12/2024	1.500.000
DEB	14 ^a	1	29/11/2024	50.000
DEB	15 ^a	1	27/12/2024	600.000
DEB	15 ^a	2	27/12/2024	250.000
DEB	15 ^a	3	27/12/2024	150.000

Notas Explicativas

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis materiais

2.1. Declaração dos diretores

Em conformidade com o Artigo 27, § 1º, incisos V e VI da Resolução CVM nº 80/22, os Diretores declaram que reviram, discutiram e aprovaram as demonstrações financeiras da Companhia e o relatório dos auditores independentes em 24 de março de 2025.

2.2. Base de apresentação

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira, as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB).

As demonstrações financeiras são apresentadas em valores expressos em milhares de reais, que é a moeda funcional da Companhia.

As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas pode incluir entre outros a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para litígios e riscos.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissa periodicamente, em prazos nunca superiores a um ano.

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

i) Controladas

A Companhia controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade.

Notas Explicativas

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis materiais-- Continuação

2.2. Base de apresentação--Continuação

A Companhia deve verificar se atende à definição de entidade de investimento. A entidade de investimento é uma entidade que:

- (a) obtém recursos de um ou mais investidores com o intuito de prestar a esses investidores serviços de gestão de investimento;
- (b) se compromete com os seus investidores no sentido de que seu propósito comercial é investir recursos exclusivamente para retornos de valorização do capital, receitas de investimentos ou ambos; e
- (c) mensura e avalia o desempenho de substancialmente todos os seus investimentos com base no valor justo.

A Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A, não tem poder sobre a investida quando tem direitos existentes que lhe dão a capacidade atual de dirigir as atividades relevantes, ou seja, as atividades que afetam significativamente os retornos da investida.

Portanto as demonstrações financeiras intermediárias não devem ser consolidadas, uma vez que a Companhia não possui o controle das investidas.

Nas demonstrações financeiras intermediárias, os Investimentos são reconhecidas pelo seu valor de custo.

2.3. Apuração do resultado

As receitas, custos e despesas são contabilizados pelo regime de competência, incluindo os efeitos das variações monetárias computados sobre ativos e passivos indexados.

2.4. Imposto de renda e Contribuição social

A provisão para imposto de renda é constituída com base no lucro real (tributável) à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% e a provisão para contribuição social à alíquota de 9%, conforme legislação em vigor. A Companhia não constituiu créditos tributários, estes serão reconhecidos somente no momento em que houver perspectiva consistente de sua realização.

Notas Explicativas

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis materiais-- Continuação

2.5. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, como por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

2.6. Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômico-futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

2.7. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são inicialmente registrados ao seu valor justo, acrescido, no caso de ativo financeiro ou passivo financeiro que não seja pelo valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativo financeiro ou passivo financeiro. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com a classificação dos instrumentos financeiros nas seguintes categorias:

- (i) Custo amortizado;
- (ii) Valor justo por meio do resultado;
- (iii) Valor justo por meio do resultado abrangente.

Notas Explicativas

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis materiais-- Continuação

2.7. Instrumentos financeiros--Continuação

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte.

2.7.1. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos principalmente com a finalidade ativa e frequente de negociação no curto prazo. É designado pela Companhia, no reconhecimento inicial, como mensurado ao valor justo por meio do resultado.

2.7.2. Instrumentos financeiros mantidos até o vencimento

Os instrumentos financeiros mantidos até o vencimento são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos e para os quais a Companhia tem intenção positiva e capacidade de manter até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do exercício.

São classificados como empréstimos e recebíveis os ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados em mercado ativo.

Notas Explicativas

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis materiais-- Continuação

2.8. Adoção de novos pronunciamentos, alterações e interpretações de pronunciamentos emitidos pelo IASB e CPC

A Companhia não adotou antecipadamente os seguintes pronunciamentos emitidos pelo IASB e CPC, que já foram emitidos e ainda não estão vigentes:

Pronunciamento	Descrição	Aplicável a períodos anuais com início em ou após
IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação de Demonstrações Financeiras	O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novos.	01/01/2027
IFRS 19, subsidiária sem responsabilidades públicas: Divulgações	Em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS	01/01/2027
Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações financeiras Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial.	A atualização do Pronunciamento Técnico CPC 18 contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações financeiras Individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas Demonstrações financeiras separadas. Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais em relação à norma atualmente vigente, concentrando-se apenas em ajustes de redação e na atualização das referências normativas.	01/01/2025
Alterações ao CPC 02 (R2) – Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações financeiras e CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade	As alterações buscam definir o conceito de moeda conversível e orientam sobre os procedimentos para moedas não conversíveis, determinando que a conversibilidade deve ser avaliada na data de mensuração com base no propósito da transação. Caso a moeda não seja conversível, a entidade deve estimar a taxa de câmbio que reflita as condições de mercado. Em situações com múltiplas taxas, deve-se utilizar a que melhor represente a liquidação dos fluxos de caixa. O pronunciamento também destaca a importância das divulgações sobre moedas não conversíveis, para que os usuários das demonstrações financeiras compreendam os impactos financeiros, riscos envolvidos e critérios utilizados na estimativa da taxa de câmbio.	01/01/2025

A Administração está avaliando potenciais impactos e, neste momento, não se espera que a adoção das normas listadas acima tenha um impacto relevante sobre as demonstrações financeiras da Companhia em exercícios futuros. Quaisquer impactos identificados serão devidamente divulgados nas demonstrações financeiras, conforme necessário.

Notas Explicativas

3. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Caixa e bancos conta movimento	2	2
Aplicações financeiras (i)	192	62
Aplicações financeiras – CDB (ii)	205	-
Total	399	64

- (i) As aplicações financeiras de liquidez imediata são representadas substancialmente por aplicações em CDB e são remuneradas a uma taxa mensal de 2% do DI podendo ser resgatadas a qualquer tempo sem prejuízo da remuneração apropriada.
- (ii) As aplicações financeiras de liquidez imediata são representadas substancialmente por aplicações em CDB e são remuneradas a uma taxa mensal de 97% do DI podendo ser resgatadas a qualquer tempo sem prejuízo da remuneração apropriada.

4. Impostos a recuperar

Os saldos em 31 de dezembro de 2024, se referem basicamente a estimativas de IRPJ/CSLL e outros impostos a compensar no valor de R\$ 267 (R\$ 63 em 2023).

5. Partes relacionadas

5.1. Transações com partes relacionadas – ativo circulante

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Travessia Securitizadora de Créditos Mercantis XXV S.A.	1	1
Total	1	1

Montante referente às operações de mútuo com a controlada para operações usuais de acordo com a avaliação da Administração.

5.2. Remuneração do pessoal-chave da administração

Não houve remuneração paga ao pessoal-chave da Administração no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e de 2023.

6. Investimentos

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 o saldo com investimentos é de R\$ 12 (R\$ 12 em 2023) conforme composição a seguir:

Razão Social	CNPJ	Preço Aquisição em Reais – R\$	
		31/12/2024	31/12/2023
TRAVESSIA SECURITIZADORA DE CREDITOS FINANCEIROS I S.A.	28.758.267/0001 61	500	500
TRAVESSIA SECURITIZADORA DE CREDITOS FINANCEIROS II S.A.	28.913.030/0001 08	500	500
TRAVESSIA SECURITIZADORA DE CREDITOS FINANCEIROS III S.A.	30.037.009/0001 38	500	500
TRAVESSIA SECURITIZADORA DE CREDITOS FINANCEIROS IV S.A.	31.908.224/0001 20	500	500
TRAVESSIA SECURITIZADORA DE CREDITOS FINANCEIROS IX S.A.	37.309.079/0001 47	500	500
TRAVESSIA SECURITIZADORA DE CREDITOS FINANCEIROS XII S.A.	38.042.674/0001 21	500	500
TRAVESSIA SECURITIZADORA DE CREDITOS FINANCEIROS XXI S.A.	40.004.405/0001 12	500	500
TRAVESSIA SECURITIZADORA DE CREDITOS FINANCEIROS XXIV S.A.	41.008.985/0001 89	500	500
TRAVESSIA SECURITIZADORA DE CREDITOS FINANCEIROS XXVII S.A.	46.081.128/0001 28	500	500
ELLEVE & TRAVESSIA SECURITIZADORA DE CREDITOS FINANCEIROS S.A.	38.419.803/0001 58	500	500
SOLFACIL SECURITIZADORA DE CREDITOS FINANCEIROS S.A.	32.247.733/0001 11	500	500
SOLFARMA SECURITIZADORA DE CREDITOS MERCANTIS S.A.	40.004.380/0001 57	500	500
SUPERSIM SECURITIZADORA DE CREDITOS FINANCEIROS S.A.	35.881.094/0001 30	500	500
TRAVESSIA MPT 18 SECURITIZADORA DE CREDITOS FINANCEIROS S.A.	38.028.620/0001 01	500	500
TRAVESSIA SECURITIZADORA DE CREDITOS FINANCEIROS XXXII S.A.	47.965.456/0001-50	500	500
TRAVESSIA SECURITIZADORA DE CREDITOS FINANCEIROS XXV S.A.	45.741.898/0001-97	500	500
TRAVESSIA SECURITIZADORA DE CREDITOS FINANCEIROS XVI S.A.	38.419.815/0001-82	500	500
TRAVESSIA SECURITIZADORA DE CREDITOS FINANCEIROS X S.A.	37.901.961/0001-87	500	500
TRAVESSIA SECURITIZADORA DE CREDITOS FINANCEIROS XI S.A.	37.763.835/0001-03	500	500
TRAVESSIA & DELTA SECURITIZADORA DE CREDITOS MERCANTIS S.A.	41.719.223/0001-90	500	500
TRAVESSIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS MERCANTIS VII S.A.	44.379.280/0001-66	500	500
TRAVESSIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS MERCANTIS V S.A.	41.719.231/0001-37	500	500
TRAVESSIA SECURITIZADORA DE CREDITOS FINANCEIROS VIII S.A.	36.699.663/0001-93	500	500
Total		11.500	11.500

Notas Explicativas**7. Obrigações tributárias**

Em 31 de dezembro 2024 e de 2023, o saldo está assim composto:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
PIS/COFINS	6	1
ISS	14	4
IRPJ/CSLL	38	12
Total	58	17

7.1. Imposto de renda e contribuição social

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	855	77
Adições	36	36
Base de cálculo de IRPJ e CSLL	891	113
Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ)		
Imposto de Renda de Pessoa Jurídica – 15%	(134)	(17)
Adicional do IRPJ 10%	(66)	-
Total de Imposto de Renda Pessoa Jurídica	(200)	(17)
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)		
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido – 9%	(80)	(10)
Total da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido	(80)	(10)
Total de IRPJ E CSLL	(280)	(27)
Taxa efetiva para Impostos	-31,42%	-23,89%

8. Patrimônio líquido**8.1. Capital social**

O capital social subscrito da Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A., em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 1, divididos em 500 (quinhentas) ações ordinárias, todas nominativas, sem valor nominal e sem ações em tesouraria.

Em 31 de dezembro de 2024 o capital social estava totalmente integralizado pelos seus acionistas no montante de R\$ 1.

8.2. Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício, e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

Notas Explicativas**8. Patrimônio líquido--Continuação****8.3. Dividendos propostos**

Feitas as necessárias anotações dos lucros líquidos apurados no balanço anual deduzir-se-ão:

- 5% (cinco por cento) para constituição de Reserva Legal, até atingir 20% (vinte por cento) do capital social;
- 10% do lucro líquido ajustado, em conformidade com o disposto no art. 202 da Lei nº 6.404/76, para distribuição, como dividendo obrigatório, aos acionistas;
- O saldo que se verificar após as destinações mencionadas terá a aplicação que lhe for dada pela Assembleia Geral, mediante proposição da Diretoria, observadas as disposições legais.

9. Provisão para contingências

A Companhia não tem conhecimento e nem registrou em 31 de dezembro de 2024 qualquer provisão para demandas judiciais, tendo em vista que, com base em seus assessores jurídicos, não possui contingências judiciais com avaliação de risco de perda provável ou possível de perda.

10. Receitas operacionais

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, as receitas operacionais estão assim compostas:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Serviços prestados	677	192
PIS, COFINS e ISS	(65)	(19)
Total	612	173

11. Despesas gerais e administrativas

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, as despesas gerais e administrativas, estão assim compostas:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Assessoria contábil e auditoria	(48)	(42)
Honorários advocatícios	-	(1)
Anúncios e publicações	(59)	(13)
Outras despesas	(1)	-
Total	(108)	(56)

12. Despesas tributárias

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, as despesas tributárias estão assim compostas:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Outras Taxas Contribuições e Impostos (i)	(46)	(43)
Total	(46)	(43)

(i) Refere-se à multa cominatória relativa à entrega de obrigações periódicas.

Notas Explicativas

13. Resultado financeiro

Em 31 de dezembro 2024 e de 2023, as receitas e despesas financeiras estão assim compostas:

13.1. Receitas financeiras

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Rendimento de aplicações financeiras	1.930	158
Outras receitas financeiras	9	1
Total	1.939	159

13.2. Despesas financeiras

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Despesas bancárias	(1.505)	(124)
Total	(1.505)	(124)

14. Instrumentos financeiros

A Companhia participa de operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais. A administração desses riscos é realizada por meio de definição de estratégias conservadoras, visando segurança, rentabilidade e liquidez:

14.1. Valorização dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros ativos em 31 de dezembro de 2024 são descritos a seguir:

- **Caixa e equivalentes de caixa (Nota Explicativa nº 3):** O valor de mercado desses ativos não difere dos valores apresentados nas demonstrações financeiras.

A Companhia não efetuou aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de riscos.

15. Relação com auditores

De acordo com a Resolução CVM nº 162, de 13 de julho de 2022, o administrador não contratou outros serviços, que envolvam atividades de gestão de recursos de terceiros, junto ao auditor independente responsável pelo exame das demonstrações financeiras, exceto aqueles relacionados aos serviços de auditoria externa.

16. Eventos subsequentes

Não ocorreram eventos subsequentes após a data de encerramento no exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Aos

Administradores e Acionistas da
Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.

Opinião sobre as demonstrações financeiras

Examinamos as demonstrações financeiras da Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024, e suas respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações financeiras

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação a Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria ("PAA")

Com exceção do assunto descrito na seção Base para opinião, não existem principais assuntos de auditoria a comunicar em nosso relatório.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

Revisamos também as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A., cuja apresentação é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras--Continuação

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida

significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas.

Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 24 de março de 2025.

Baker Tilly 4Partners Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-031.269/O-1

Fábio Rodrigo Muralo
Contador CRC 1SP-212.827/O-0

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Eu, Vinicius Bernardes Basile Silveira Stopa, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, administrador, portador da Cédula de Identidade RG nº 30.393.860-2 (SSP/SP), inscrito no CPF /MF 218.718.568-09, com endereço comercial na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Tabapuã, 41, 13º andar, Itaim Bibi, CEP 04.533-010, DECLARO, na qualidade de Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores da Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A; sociedade por ações com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Tabapuã, 41, 13º andar, Itaim Bibi, CEP 04.533-010, inscrita no CNPJ/MF nº 38.042.694/0001-00 (Companhia), nos termos dos incisos V e VI do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, e do artigo 27, parágrafo 1º, incisos "V" e "VI" da Res. CVM 80, de 29 de março de 2022 que juntamente com os demais diretores da Companhia: (i) revisei, discuti e concordei com as Informações Demonstrações Financeiras Anuais da Companhia referente ao período findo em 31 de dezembro de 2024; e (ii): Revisei, discuti e concordei com o Relatório dos Auditores Independentes e suas respectivas opiniões expressas.

Vinicius Bernardes Basile Silveira Stopa
Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores

Eu, Camila Maria Oliveira, brasileira, casada sob o regime de comunhão parcial de bens, administradora, portadora da Cédula de Identidade RG nº 36.825.036-2 (SSP/SP), inscrita no CPF /MF 349.935.818-23, com endereço comercial na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Tabapuã, 41, 13º andar, Itaim Bibi, CEP 04.533-010, DECLARO, na qualidade de Diretora de Securitização da Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A; sociedade por ações com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Tabapuã, 41, 13º andar, Itaim Bibi, CEP 04.533-010, inscrita no CNPJ/MF nº 38.042.694/0001-00 (Companhia), nos termos dos incisos V e VI do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, e do artigo 27, parágrafo 1º, incisos "V" e "VI" da Res. CVM 80, de 29 de março de 2022 que juntamente com os demais diretores da Companhia: (i) revisei, discuti e concordei com as Informações Demonstrações Financeiras Anuais da Companhia referente ao período findo em 31 de dezembro de 2024; e (ii): Revisei, discuti e concordei com o Relatório dos Auditores Independentes e suas respectivas opiniões expressas.

Camila Maria Oliveira
Diretora de Securitização

Eu, Thais de Castro Monteiro, brasileiro, solteira, advogada, portadora da Cédula de Identidade RG nº 49.116.133 (SSP/SP), inscrito no CPF /MF 421.565.628-14, com endereço comercial na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Tabapuã, 41, 13º andar, Itaim Bibi, CEP 04.533-010, DECLARO, na qualidade de Diretora de Compliance da Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A; sociedade por ações com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Tabapuã, 41, 13º andar, Itaim Bibi, CEP 04.533-010, inscrita no CNPJ/MF nº 38.042.694/0001-00 (Companhia), nos termos dos incisos V e VI do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, e do artigo 27, parágrafo 1º, incisos "V" e "VI" da Res. CVM 80, de 29 de março de 2022 que juntamente com os demais diretores da Companhia: (i) revisei, discuti e concordei com as Informações Demonstrações Financeiras Anuais da Companhia referente ao período findo em 31 de dezembro de 2024; e (ii): Revisei, discuti e concordei com o Relatório dos Auditores Independentes e suas respectivas opiniões expressas.

Thais de Castro Monteiro
Diretora de Compliance

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Eu, Vinicius Bernardes Basile Silveira Stopa, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, administrador, portador da Cédula de Identidade RG nº 30.393.860-2 (SSP/SP), inscrito no CPF /MF 218.718.568-09, com endereço comercial na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Tabapuã, 41, 13º andar, Itaim Bibi, CEP 04.533-010, DECLARO, na qualidade de Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores da Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A; sociedade por ações com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Tabapuã, 41, 13º andar, Itaim Bibi, CEP 04.533-010, inscrita no CNPJ/MF nº 38.042.694/0001-00 (Companhia), nos termos dos incisos V e VI do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, e do artigo 27, parágrafo 1º, incisos "V" e "VI" da Res. CVM 80, de 29 de março de 2022 que juntamente com os demais diretores da Companhia: (i) revisei, discuti e concordei com as Informações Demonstrações Financeiras Anuais da Companhia referente ao período findo em 31 de dezembro de 2024; e (ii): Revisei, discuti e concordei com o Relatório dos Auditores Independentes e suas respectivas opiniões expressas.

Vinicius Bernardes Basile Silveira Stopa
Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores

Eu, Camila Maria Oliveira, brasileira, casada sob o regime de comunhão parcial de bens, administradora, portadora da Cédula de Identidade RG nº 36.825.036-2 (SSP/SP), inscrita no CPF /MF 349.935.818-23, com endereço comercial na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Tabapuã, 41, 13º andar, Itaim Bibi, CEP 04.533-010, DECLARO, na qualidade de Diretora de Securitização da Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A; sociedade por ações com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Tabapuã, 41, 13º andar, Itaim Bibi, CEP 04.533-010, inscrita no CNPJ/MF nº 38.042.694/0001-00 (Companhia), nos termos dos incisos V e VI do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, e do artigo 27, parágrafo 1º, incisos "V" e "VI" da Res. CVM 80, de 29 de março de 2022 que juntamente com os demais diretores da Companhia: (i) revisei, discuti e concordei com as Informações Demonstrações Financeiras Anuais da Companhia referente ao período findo em 31 de dezembro de 2024; e (ii): Revisei, discuti e concordei com o Relatório dos Auditores Independentes e suas respectivas opiniões expressas.

Camila Maria Oliveira
Diretora de Securitização

Eu, Thais de Castro Monteiro, brasileiro, solteira, advogada, portadora da Cédula de Identidade RG nº 49.116.133 (SSP/SP), inscrito no CPF /MF 421.565.628-14, com endereço comercial na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Tabapuã, 41, 13º andar, Itaim Bibi, CEP 04.533-010, DECLARO, na qualidade de Diretora de Compliance da Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A; sociedade por ações com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Tabapuã, 41, 13º andar, Itaim Bibi, CEP 04.533-010, inscrita no CNPJ/MF nº 38.042.694/0001-00 (Companhia), nos termos dos incisos V e VI do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, e do artigo 27, parágrafo 1º, incisos "V" e "VI" da Res. CVM 80, de 29 de março de 2022 que juntamente com os demais diretores da Companhia: (i) revisei, discuti e concordei com as Informações Demonstrações Financeiras Anuais da Companhia referente ao período findo em 31 de dezembro de 2024; e (ii): Revisei, discuti e concordei com o Relatório dos Auditores Independentes e suas respectivas opiniões expressas.

Thais de Castro Monteiro
Diretora de Compliance